

## O CONCEITO DE NATALIDADE EM HANNAH ARENDT

**AZEVEDO, Daniela Grillo de<sup>1</sup>; SCHIO, Sônia Maria<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas, com apoio financeiro do CAPES/CNPq (danielagrilloaz@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professora do Dep. Filosofia da Universidade Federal de Pelotas (soniaschio@hotmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Hannah Arendt (1906 – 1975) é uma importante teórica da Filosofia Política do século XX, pensadora de seu tempo, das questões mais centrais que afetam a vida como um todo. No pensamento político dela há um conjunto de conceitos importantes, porém, um é imprescindível: o de *natalidade*. Ele é caro para a autora na medida em que ela entende a política como a esfera da ação entre os homens e com isso, elabora o entendimento de natalidade como a condição de possibilidade para o surgimento de novos seres que poderão trazer ações inéditas ao meio público, comum.

A política ocorre entre seres humanos, em forma de ações e de palavras, em que o agir toma a forma de início, de algo que pode trazer o novo e permitir a continuidade à esfera comum, de buscar o bem comum. Com o conceito de natalidade, Arendt afirma que todos os homens possuem a capacidade de ser um início, pois todos têm em si a capacidade de ação, tão importante para a política e portanto para o mundo.

### 2. MATERIAL E MÉTODOS

O método de abordagem utilizado é o hermenêutico, procurando interpretar, nas obras da autora, as passagens em que ela deixa evidente seu conceito de natalidade. As obras estudadas, nesse sentido, são “As Origens do Totalitarismo” (1951) e a “A Condição Humana” (1958), em especial.

Na primeira obra, Arendt identifica nos Regimes Totalitários a causa do “mal radical”, em que a categoria política da natalidade é alterada para a da “mortalidade” em massa de pessoas consideradas supérfluas. Ela entende que a principal propriedade deste regime é a aniquilação da liberdade, o desaparecimento da individualidade, momento em que o cidadão nazista é um só: o membro do “estado total”.

Na segunda, a autora caracteriza a *vita activa*. Essa obra é uma reconsideração da condição humana, uma proposta para que se reflita sobre o que se faz, isso a partir das três principais atividades humanas, segundo Arendt: o labor, o trabalho e a ação. A natalidade é importante para a ação, pela possibilidade do novo que ela porta.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A opressão decorrente dos regimes totalitários, destrói qualquer manifestação de liberdade. O espaço que antes fora público, passa a sê-lo mas apenas formalmente. O Totalitarismo, além de suprimir os espaços públicos, onde os indivíduos podem se manifestar politicamente, ele destruiu igualmente as vidas privadas: as pessoas não podiam ter projetos de vida, como casar com quem queriam, um judeu, por exemplo; e uma concepção de bem particular, como calar se assim o decidissem, pois passaram a ser mais um integrante do “Estado total”, ou seja, Estado que exige que seus cidadãos tenham por meta de vida, a meta do Estado. As pessoas no horizonte deste Estado totalitário devem estar desinteressadas de si, de seus objetivos próprios, emergem em uma espécie de isolamento:

Isolado no mundo que o circunda, não podendo contar nem mesmo com as relações de solidariedade que normalmente fazem parte da vida familiar ou comunitária, o indivíduo é confrontado com a experiência devastadora do que Arendt chama de desolação. Trata-se, segundo ela, “da experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter”. (BIGNOTTO, 2001, p. 114).

Não pertencer ao mundo é não possuir a companhia dos outros; é não viver junto aos outros seres humanos (*inter homines essere*). Dessa forma, não há discussão, sequer ação em comum. O “outro” é imprescindível para que haja a esfera comum, pública, política; mas quando do isolamento, esta esfera não existe e este outro é um estranho, alguém detido por ser um concorrente. A companhia uns dos outros para exercer a liberdade não há, assim como o espaço comum, político, de manifestar-se. A liberdade, assim, inexistente, portanto, nem a política.

Não há o outro, não existe a diferença, não há a pluralidade, assim não há a política e o que dela faz parte, que é a ação e o discurso. E nos Regimes Totalitários, com seus eventos que não deveriam mais se repetir, Arendt acredita que é preciso aprender com eles, buscar a compreensão, a reconciliação, e assim a continuidade do agir humano no mundo. O agir permite novos começos, sendo o nascimento humano um “novo início” no mundo, por isso Arendt afirma:

Mas permanece também a verdade de que todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente equivale à liberdade do homem. *In finitum ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo”, disse Agostinho. Cada novo nascimento garante este começo; ele é, na verdade, cada um de nós. (ARENDR, 1989, p. 531)

O homem foi criado para começar, para iniciar, e cada vez que nasce um novo ser, esta condição assegura-se. O nascimento, desta feita, passa a ser uma condição de possibilidade para o novo, para novas realizações, que enquanto apenas realizável através de ações, depende da liberdade. Liberdade esta que como diz a autora, equivale à política.

Em *A Condição Humana*, a autora explica ainda que todas as condições humanas (labor, trabalho e ação) relacionam-se com a política, mas é a pluralidade a condição de possibilidade da política. E que, nas palavras dos romanos, equivalia a viver e estar entre os homens; assim como morrer é “deixar de estar entre os homens”. A pluralidade é a reunião de singularidades, sem a redução à homogeneidade, isto é, salvaguardando as diferenças de cada um:

A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir. (ARENDR, 2007, p. 16)

As condições mais gerais da existência humana são a natalidade e a mortalidade, o nascimento e a morte, e as três atividades da *vita activa* estão intimamente ligadas a elas. O labor pelo fato de garantir a sobrevivência e a continuidade da espécie humana; o trabalho produzindo artefatos humanos levam constância e solidez à frivolidade da condição mortal da vida e à característica transitória e passageira do tempo humano, e, por fim a ação que tem por finalidade máxima elaborar e manter a política, precisando, para tal da lembrança, da História. As atividades da *vita activa* devem construir e resguardar o mundo, pois a todo momento chegam novas vidas, irrompendo como estranhos e estes devem ser esperados e cuidados, assim como preparados para entender e preservar o mundo.

Porém, é a ação, das três atividades que mais intimamente relaciona-se com a natalidade:

O novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Neste sentido de iniciativa, todas as atividades humanas possuem um elemento de ação e, portanto, de natalidade. Além disso, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico. (ARENDR, 2007, p. 17)

É pelo fato de que os seres humanos habitam o mesmo planeta, a Terra, é que há a pluralidade, e isso tanto provoca quanto permite a coexistência, uma das bases da política. E a pluralidade é fundamental para a ação e o discurso, pois a partir dela há a igualdade e a diferença. Igualdade porque os homens pertencem evidentemente a uma mesma espécie que se compreendem entre si a ponto de fazer planos para o futuro, e diferentes, porque sempre todos os homens foram e serão, assim como são, distintos entre si. “A pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares.” (ARENDR, 2007, p. 189).

E a distinção entre os homens aparece no discurso e na ação, em um espaço público e político, apesar de ocorrer na vida privada de igual forma. Porém é na vida pública que isso se torna relevante, pois o mundo é preservado ou destruído pela ação ou pela omissão dos seres humanos. No espaço público cada um tem a oportunidade de mostrar o quem ele é. E a única forma de um homem deixar de ser humano é abstendo-se da vida entre os homens. Estar entre os homens não é algo imposto pela necessidade e não é um estado condicionado obrigatoriamente; sua vontade decorre do começo, do nascimento:

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. (ARENDR, 2007, p. 191).

O iniciar como sendo uma ação corresponde a um nascimento e o discurso neste contexto é o fato da distinção que efetiva a pluralidade: o homem vivendo como distinto e singular entre os homens, há a identidade.

#### 4. CONCLUSÕES

O processo de vida biológico leva inevitavelmente à morte, porém a ação política é a única atividade humana que pode interferir e interrompe o curso da vida cotidiana, biológica. Arendt afirma que a vida humana direcionado-se apenas para a morte, destruiria as coisas humanas, porém há o processo de interrupção deste direcionamento: a capacidade de iniciar algo novo, a “faculdade inerente à ação como perene advertência de que os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar.” (ARENDR, 2007, p. 258).

Assim, o nascimento de novos seres humanos que significa um novo começo, novas ações em virtude de terem nascido, trazem ao mundo a esperança de que o ser humano pode mudar o rumos dos acontecimentos, que o futuro pode ser melhor. A esperança é necessária ao humano, apesar de que desde a Antiguidade ela foi relegada à vida privada, e vinculada à uma ilusão pertencente à “caixa de Pandora”. “Esta esperança no mundo talvez nunca tenha sido expressa de modo tão sucinto e glorioso como nas breves palavras com as quais os Evangelhos anunciavam a *boa nova*: *Nasceu uma criança entre nós*”. (ARENDR, 2007, p. 259).

A preocupação não é apenas com o eu individual, mas com o mundo. Esta esperança que carrega a natalidade, em depositar na ação dos recém chegados o novo

para o mundo, revela antes de qualquer coisa, a verdadeira confiança que Arendt tinha sobre o futuro. Futuras gerações, futuras ações. A esperança é que as novas ações políticas poderão levar ao bem comum; isto significa fundamentalmente, a preservação da liberdade, da esfera pública, do respeito às diferenças e à pluralidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- MAY, Derwent. **Hannah Arendt – uma biografia**. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial, 1988.
- MORAES, Eduardo Jardim de. BIGNOTTO, Newton. Totalitarismo e liberdade no pensamento de Hannah Arendt. In: **Hannah Arendt – Diálogos, reflexões, memórias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt – História e Liberdade**. Caxias do Sul: Educ, 2006.
- XARÃO, Francisco. **Política e Liberdade em Hannah Arendt**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.